



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – JANEIRO DE 2013

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e treze, às dezesseis horas, no Cine Humberto Mauro do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral; conselheira Neiva Maria de Abreu Voigt, representante do segmento de dança; conselheiro Laell Rocha, representante do segmento de teatro; conselheiro Geilson dos Santos, representante do segmento de canto coral; conselheira Elisabeth Graebner, representante do segmento de cultura germânica; conselheira Sônia Regina Moreira da Silva, representante do segmento de artesanato; conselheira Bárbara Primo, representante dos museus; conselheiro Ivo Mendes da Silva e seu suplente Iverson Frederico Mendes da Silva, representantes das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheira Elaine Cristina Guimarães de Oliveira, representante da pesquisa histórica e memória; conselheira Gabriela Falconi, representante do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa, e conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com cerca de mais vinte e cinco visitantes que assinaram a lista de presença anexa a esta ata.

Leonardo Randolpho iniciou a assembléia, convidando Maria Luísa Rocha Melo para integrar a mesa do Conselho como secretária “ad hoc”.

Foi feita a leitura da ata da assembléia extraordinária do mês de novembro, que obteve sua aprovação, com a abstenção da conselheira Sônia Regina da Silva, por ela não ter comparecido àquela reunião.

Também realizada a leitura da ata da assembléia ordinária do mês de dezembro. Gabriela Falconi solicitou que fosse referendado o repúdio e o apoio ao CMC, declarado pelo conselheiro Gabriel Weinem, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa, no tocante às atitudes tomadas pelo Governo Municipal e pela Câmara Municipal na aprovação do projeto de lei que institui o Corredor Cultural. Após certificação de que não haveria mais nenhuma observação a fazer por parte dos conselheiros, a ata foi aprovada com abstenção da conselheira Bárbara Primo, por ela não ter comparecido àquela reunião.

O presidente deu continuidade à assembléia, dando as boas vindas aos convidados presentes. Anunciou que a pauta a ser discutida naquele dia era longa e que, portanto, todos fossem objetivos em suas colocações para que a mesma fosse cumprida.

Divulgou que o calendário de reuniões para este ano já estava publicado no Diário Oficial do Município do dia doze deste mês, obedecendo o previsto no regimento interno do Conselho.

Anunciou a presença da nova diretoria da Fundação de Cultura e Turismo, presente na assembléia, e solicitou uma breve apresentação de cada um destes membros aos conselheiros. Foi justificada a ausência do diretor-presidente da Fundação, que, no momento, estava presidindo outra reunião e que, tão logo ela terminasse, ele iria se apresentar ao Conselho.

José Alencar se apresentou como o novo diretor administrativo-financeiro. Disse reconhecer que as demandas da classe artística são muito grandes e que procurará, ao máximo que puder, transformar os projetos apresentados em ações. Ressaltou que tais projetos devem ser apresentados regularmente, ou seja, dentro do que é estabelecido por lei. Autodefiniu como alguém que, eminentemente, é cumpridor das leis; seu estilo é, sobretudo, legalista. Informou que há uma pressão sobre o Controle Interno da Prefeitura do Tribunal de Contas do Estado no que se refere à obediência à legislação. Disse estar aberto a conversas e a ouvir a todos, mas que tem, também, suas

argumentações. Irá pautar o seu trabalho de modo a divulgar e expandir a política cultural do Município. Explicou que, como praxe, o governo suspendeu todos os pagamentos, mas que, a partir do dia dezessete deste mês, efetuará os pagamentos pendentes dos artistas contratados no ano passado. Informou que já está de posse do relatório destas situações, sendo que cada caso será avaliado rapidamente, no sentido de renovar contratos, convênios e subvenções. Disse haver limitação de recursos na conta da Fundação e que, portanto, os projetos apresentados passarão por uma avaliação criteriosa, conjunta entre os diretores, o Conselho e a classe artística, a fim de que se estabeleça as prioridades. Anunciou a elaboração de um modelo de apresentação de projetos, por meio de um formulário-padrão que deverá ser preenchido pelos seus proponentes, cujos campos deverão constar os objetivos, justificativas, resultados e vários outros dados para subsidiar os estudos para sua priorização e implantação. Ressaltou que fará um trabalho de encaixe das propostas contempladas dentro de um orçamento curto, lembrando a todos que a Fundação, além de tudo, possui o encargo de manter mais dezoito prédios. Informou que, neste ano, o Fundo Municipal de Cultura tem o orçamento em torno de quinhentos e sessenta mil reais, sem contar a porcentagem do repasse de bilheterias. Concluiu dizendo estar à disposição de todos e fez um apelo para que, dentro do possível, tragam projetos que sejam patrocinados.

Foi passada a palavra a Evany Noel, nova diretora de turismo da Fundação. Saudou a todos, dando boas vindas e dizendo que seu trabalho será de integração. Desejou sucesso ao Conselho e que o mesmo cumpra o seu papel de força dentro da política cultural.

Oudair Teixeira também cumprimentou a todos e informou que será o assessor jurídico da Fundação e que terá como função contribuir com os seus diretores e com o Conselho, de forma a adequar as ações à Legislação.

Todos os conselheiros presentes se apresentaram à nova equipe, a pedido do diretor administrativo-financeiro, que relatou sobre a decisão tomada, durante reunião com o presidente da Fundação e representantes de escolas e blocos da cidade, de cancelamento do carnaval no centro. Foi acordado que as estruturas, como as arquibancadas, não serão montadas, mas será permitido que blocos que queiram sair às ruas desfilem pela Rua do Imperador. Os bailes que acontecem nos bairros serão mantidos, assim como outros eventos carnavalescos tradicionais, que terão apoio de infraestrutura básica, como palanque e som. Esta providência do governo objetiva repassar a quantia de 01 (um) milhão de reais que iria para o desfile das escolas de samba do município, à saúde. Considera esta decisão, aderida espontaneamente pelas agremiações, acertada, e solicita a compreensão de todos quanto ao assunto.

Leonardo Randolfo concedeu a palavra ao diretor de cultura, Cláudio Gomide, que se apresentou colocando alguns pontos relativos à importância da classe artística buscar patrocínio de seus projetos. Ressaltou que é fundamental que os conselheiros e seus segmentos estejam atentos às datas marcantes da história cultural do município e que tragam projetos e ações culturais de relevância. Avaliou que o edital do projeto Caravana Cultural não possui identidade própria e que a Comissão de Projetos Culturais do Conselho deve ter afinidade com a Fundação. Considera que o referido projeto não prevê nenhuma fundamentação para garantia de sua continuidade, e que projetos têm que ser bem feitos, considerando o seu foco social. Disse que toda e qualquer produção cultural deve focar no objeto para ter bons resultados. Acha que o Conselho não apresentou perfil dos resultados de seus projetos, cuja elaboração deve ser feita com responsabilidade. Sem os registros dos resultados, as ações ficam sem memória e, portanto, inválidas. Informou que as apresentações pendentes do Caravana serão encaminhadas para que aconteçam por ocasião do Aniversário da Cidade, mas que isso só será feito em respeito aos artistas vencedores do edital. Ponderou que esta despesa poderia ter sido destinada a melhorias do Centro de Cultura ou do Theatro D. Pedro. Acha que o Conselho deve pensar nestas questões mais profissionalmente, e que, enfim, todos estão aqui para consertar e melhorar. Destacou a característica do Conselho como órgão presente e fiscalizador, e que o “fazer cultural” não pode perder o seu direcionamento e discurso, ambos ausentes no referido edital. Informou que o Prêmio Maestro Guerra-Peixe de Cultura será mantido, sendo que irá trabalhar para que o corpo de jurados tenha remuneração. Disse que julgou indevida e precoce a divulgação pela imprensa dos nomes dos indicados para a entrega

do Prêmio para 2013. Atentou para o fato de que, neste ano, terão completados vinte anos de morte do maestro César Guerra-Peixe e que ninguém havia se atentado para isso, como também não atentaram para outras datas importantes para a cidade, como os cento e quarenta anos de Santos-Dumont, oitenta anos do Theatro D. Pedro e cento e setenta anos da fundação de Petrópolis. Leonardo Randolpho reconheceu que a Comissão de Projetos Culturais não obteve o suporte técnico que deveria, e fica satisfeito de poder contar agora com novas diretrizes e apoio. Tem ciência de todas as dificuldades apontadas pelo diretor e que deve haver uma estreita cumplicidade entre a Fundação de Cultura e o Conselho, para que seja possível uma evolução. Gabriela Falconi encaminhou um posicionamento do Conselho frente à nova gestão, que seria o de participar da elaboração das leis, bem como ter ciência delas, uma vez ser o CMC órgão deliberativo. Outro encaminhamento é com relação à capacitação dos conselheiros como agente do controle social, sendo este um pleito antigo, e à capacitação para elaboração de projetos culturais. Cláudio Gomide concluiu sua fala se colocando à disposição de todos.

Gabriela Falconi sugeriu que o Conselho tenha um retorno daqueles apoios a projetos custeados pelo Fundo no final do ano passado, com apresentação do que foi realmente pago e executado. Cláudio Gomide orientou que o Conselho faça um ofício endereçado ao diretor administrativo-financeiro para que este retorno seja apresentado na próxima reunião. Leonardo Randolpho informou que este será ponto de pauta para a próxima assembléia.

A seguir, Cláudio Gomide enumerou as apresentações previstas na grade do projeto Caravana Cultural e que de fato foram realizadas. Leonardo Randolpho disse que irá elaborar ofício para que o Conselho tenha estes dados em arquivo, e concordou que o projeto sofrera descaracterização.

Marcelo Xavier, artesão da associação Raízes do Ofício, disse ter ficado bastante triste e decepcionado com o que ocorreu com o Caravana Cultural, visto que foi orientado, pela então diretoria de cultura, que os candidatos deveriam preencher um formulário de inscrição de seus projetos, mas que o corpo de cada um deles seria elaborado pela própria diretoria, o que não ocorreu. Disse concordar com a colocação de Gabriela Falconi no que se refere à necessidade de capacitação da classe artística em elaborar projetos culturais. Também mencionou a inclusão da categoria Artesanato no Prêmio Maestro Guerra-Peixe de Cultura, encaminhamento este já aprovado e registrado em ata, o que considera esta aprovação como uma vitória da luta pelo reconhecimento deste segmento, que é, afinal, composto por bons profissionais. Disse que esta inclusão deve ser estudada para que seja cumprida daqui para frente. Leonardo Randolpho respondeu que irá fazer uma busca em atas e publicações no Diário Oficial do Município sobre o assunto.

Cláudio Gomide solicitou ao segmento do artesanato uma lista das associações artesanais, com todos os seus contatos. A conselheira Sônia da Silva se comprometeu a enviar esta listagem.

Leonardo Randolpho observou que, no que se refere à identidade dos projetos priorizados pelo Conselho, constantes no Plano Municipal de Cultura, estes foram apresentados em forma de propostas, algumas, inclusive, aglutinadas umas às outras. Apesar das priorizações serem feitas pelo Conselho, é desconhecido o paradeiro dos projetos em questão. Sendo assim, pretende se reunir com a Comissão de Projetos Culturais para recuperação dos mesmos. Acha fundamental esta representatividade do Conselho, com participação e voz, ante o acompanhamento da identidade dos projetos financiados pelo Fundo, uma vez que, inclusive, trata-se da utilização de verba pública.

Gabriela Falconi chamou a atenção quanto às vacâncias das cadeiras, que devem ser preenchidas o quanto antes.

Cláudio Gomide destacou a importância de tornar Petrópolis uma cidade bairrista, que valorize muito mais suas artes e sua cultura. Citou o exemplo do produtor cultural Mauro Maya, da pequena cidade mineira Rio Acima, que conquistou, com recursos próprios, a chancela do Shakespeare Theatre Association, de onde veio a autorização para a construção da réplica do teatro londrino Globe Theatre Brasileiro na cidade, promovendo assim um intercâmbio entre Brasil e Inglaterra. Lançou à plenária a pergunta sobre se alguém do Conselho teria a força de vontade que este produtor cultural teve de concretizar um empreendimento deste.

Neste momento, é dada a palavra ao diretor-presidente da FCTP, Juvenil Reis dos Santos,

que acabara de chegar da outra reunião. Este se desculpou pelo seu atraso involuntário, e se apresentou como um gestor que irá buscar o diálogo permanente, tendo sempre suas portas abertas. Pretende trabalhar junto com o Conselho, com respeito e somando forças. Fará o que for bom para todos. Leonardo Randolpho agradeceu a sua presença no Conselho e destacou a boa receptividade que teve, na qualidade de presidente do CMC, nas esferas do Governo.

Todos da nova gestão da Fundação se retiraram da assembleia para cumprimento de diversos outros compromissos.

Dando sequência à reunião, o presidente apresentou novo item de pauta, referente à sanção do ex-prefeito Paulo Mustrangi do Projeto de Lei que cria a APAC – Corredor Cultural. Destacou a presença de João Felipe Verleun, presidente do Grupo Solstício, e de alguns outros visitantes ligados ao Movimento do Corredor Cultural de Petrópolis, e o aspecto positivo destas presenças no sentido de elucidar vários pontos relativos à matéria. Declarou que este assunto tomou um rumo e uma proporção maior do que o esperado pelo Conselho. Disse que enviou algumas notas oficiais à imprensa, explicando tecnicamente a opinião do CMC, após discussões entre seus segmentos e nas assembleias, fazendo cumprir o seu regimento interno. Definiu esta discussão como subjetiva, haja vista não ser o Conselho, de forma alguma, contra o Corredor Cultural, como a imprensa, em suas matérias, pareceu colocar, especialmente em suas manchetes. Em nota oficial, foi explicado que não houve aprovação do formato do projeto, e não da idéia (esta já aprovada em assembleia de janeiro de 2011, conforme em ata), tendo em vista o entendimento comum da necessidade de mais discussões e apresentação de estudos técnicos, até então oficialmente desconhecidos. São grandes preocupações técnicas que serão resolvidas ao longo do tempo com as devidas explicações necessárias. Elucidou que a atitude do ex-prefeito Paulo Mustrangi, a de sancionar o projeto de lei, mesmo com a não aprovação do Conselho, é que será colocada na assembleia, visto que é posta em risco, de forma grave, toda uma política democrática e transparente estabelecida com a implantação dos conselhos municipais. O encaminhamento à plenária é sobre qual o posicionamento que o Conselho irá adotar para que o seu papel legítimo de representar os interesses dos diversos segmentos culturais da sociedade civil seja garantido. Foi encaminhado pelo presidente o envio de ofício ao Ministério Público, para que o mesmo tome providências em defesa do cumprimento da Lei 6806. Explicou que não se trata de vaidade, mas de preocupação para que a Lei seja cumprida.

Toni Magdalena, componente do conjunto musical Tribo de Gonzaga, elucidou que a participação deste grupo se resumiu tão somente à movimentação de pessoas. Reconheceu que houve precipitação por parte do Movimento Pró-Corredor em alguns pontos. Ressaltou que sua fala é restrita a uma opinião pessoal e que não fala pelo grupo. Destacou o papel do Tribo de Gonzaga de ser um agente transformador e conscientizador do povo, por meio da arte produzida por eles. Neste sentido, vem lutando contra a restrição de espaço enfrentada pelos artistas locais. Considera, porém, que foram decisões tomadas precocemente, tanto por parte do executivo, como do legislativo. Declarou que o Tribo de Gonzaga considera que esta é uma discussão que está apenas começando. E que os estudos técnicos para viabilização do projeto foram feitas por entidades renomadas. Neiva Voigt ponderou que estes estudos não foram mostrados em momento algum. Toni Magdalena respondeu que, se não foram mostrados, já deveriam ter sido. Explicou que a natureza de um artista é a de ser um inconformado com a situação e que o grupo sempre foi muito contundente em suas colocações. Considera o grupo um colaborador do movimento. Mencionou que ele quer colocar a vaidade de lado, não pleiteando a autoria do projeto, pois o projeto está além destes sentimentos. Citou que “independente de quem seja o pai, a criança deve ser criada.” Disse que o grupo musical Tribo de Gonzaga vem promovendo shows na Praça da Liberdade, no Palco Solstício, rigorosamente dentro da lei. Concluiu que o Corredor Cultural contempla tudo aquilo que Petrópolis merece, mas que é necessário que todos nós estudemos e dialoguemos mais, com a vaidade controlada.

João Verleun declarou ter recebido com surpresa pela imprensa as informações sobre o “repúdio” e “veto” do Conselho pelo Corredor Cultural. Encaminhou à secretaria do CMC ofício contendo abaixo-assinado de integrantes da classe artística e outros segmentos de Petrópolis em posição favorável ao Corredor Cultural. Neste ofício é comunicado ao Conselho que os abaixo-

assinados apóiam e estão satisfeitos com a aprovação da Câmara e a sanção do ex-prefeito da Lei que instaura o Corredor Cultural; que não reconhecem e discordam do posicionamento do Conselho de “repúdio” e “veto” que foram veiculados pela imprensa a respeito do Corredor; que entendem que o CMC já aprovou e, portanto, deliberou o projeto, e que esperam poder contar com a participação do Conselho como membro do Comitê Gestor do Corredor Cultural de Petrópolis, a fim de colaborar com o seu desenvolvimento e cumprimento. Disse acreditar ser este o início de um trabalho que, afinal, precisa ser aprofundado em seus estudos; mas que, mesmo assim, optou-se por fazer pressão para que a Lei fosse aprovada, no intuito de obrigar o poder público a se comprometer com a viabilização do projeto. Ressaltou que, apesar do desconhecimento por parte do Conselho com relação aos estudos técnicos desenvolvidos, foram sim realizados trabalhos iniciais que envolveram entidades gabaritadas. Contudo, o Comitê não possuía recursos para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados. A aprovação da Lei seria um forte argumento para pressionar o Governo a realizar estes estudos. Reconheceu que aconteceram falhas em todo este processo de exclusão do Conselho, mas considera também que o então representante da Fundação de Cultura e Turismo no Comitê, Pedro Troyack, poderia ter comunicado ao CMC tão logo percebesse a ausência do mesmo no grupo de trabalho.

Leonardo Randolpho respondeu que, com relação à aprovação do projeto mencionado em ofício entregue pelo Grupo Solstício, o que ocorreu foi a aprovação da idéia ou proposta constante no Plano Municipal de Cultura. Logo em seguida, foi sugerido e montado, dentro do Conselho, um grupo de trabalho intersetorial para o acompanhamento do projeto, cujo dever, obedecendo o Regimento Interno do CMC, era o de apresentar relatórios sobre a matéria e submetê-los ao plenário, o que não ocorreu. Ressaltou que houve falha e ilegalidade do executivo municipal, pois, mesmo sem apreciação do Conselho, enviou o projeto de lei à Câmara, que votou favorável, e, ainda, mesmo com a deliberação da não aprovação do CMC, houve a sanção do ex-prefeito. Mencionou artigo elaborado pela promotora Vanessa Katz, publicado no jornal Diário de Petrópolis no início da semana, intitulado “Dez coisas que você precisa saber sobre o Corredor Cultural de Petrópolis”, onde é afirmado por ela, de forma equivocada e com evidente desconhecimento do trâmite, que “o Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis aprovou o projeto do Corredor Cultural ao deliberar por sua inclusão no Plano Municipal de Cultura, no ano de 2010 e, posteriormente, ao elegê-lo como projeto prioritário, esgotando, assim, seu papel deliberativo”. Quanto à estratégia empregada pelo Movimento do Corredor Cultural de Petrópolis em pressionar a aprovação do projeto, argumentando ser esta uma maneira de viabilizar os estudos técnicos, considera uma ação equivocada, sendo o correto realizar estes estudos antes da formulação da Lei. E, ao se formar o Comitê Gestor, deveria este ter exigido tais estudos. Disse considerar louvável esta conquista que partiu da sociedade civil, desde que seguindo a legislação específica. Mencionou ainda que é mais um erro afirmar que o Conselho aprovou o projeto, quando, na verdade, houve a priorização do mesmo, conforme registrado em ata. Lamentou a vacância da representação da música no Conselho que pudesse acompanhar este processo mais de perto, já que este seria o segmento mais contemplado pelo projeto. Aproveitou a ocasião e solicitou que este segmento se reúna e indique, o mais breve possível, os nomes para o representar. Relatou que encaminhou, obedecendo a deliberação feita em última reunião, a todos os conselhos municipais, o ofício relatando este assunto e a forma como foi conduzido, como um alerta para que não haja precedentes que possam ferir o processo democrático, ao que já recebeu alguns apoios irrestritos por parte de alguns conselhos. Disse também que, diante de toda esta situação, irá tomar as providências legais cabíveis, em defesa do cumprimento da Lei e do respeito ao colegiado, já tendo agendado reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Petrópolis, a fim de obter uma consultoria.

Gabriela Falconi observou que o projeto, quando da sua priorização em 2011, fora aprovado como “hors concours” pelos conselheiros, e que o Conselho havia feito a sua indicação para compor o Comitê, assim como fez a Fundação de Cultura e Turismo, que nomeou Pedro Troyack, então presidente do CMC, para este fim. A questão é que não houve a recondução da cadeira do CMC no Comitê, quando da saída de um membro do Conselho que o representava, fazendo com que, assim, o CMC passasse a não participar das decisões do referido comitê. Porém, acha que o representante

da Fundação e então presidente do Conselho, Pedro Troyack, deveria ter compartilhado e partilhado as informações nas assembléias. Por outro lado, considera que o Ministério Público não poderia ter tomado partido e nem ter dito que o Conselho não era necessário neste processo. Acha que deveria ter havido um diálogo entre as partes e que o Conselho deveria ter-se feito presente desde o início deste processo. João Verleun interveio, dizendo que a opinião do Conselho é importante, porém não é determinante, o que foi discordado por Leonardo Randolpho. Gabriela Falconi questionou que, se não é determinante, qual seria o motivo de sua existência, enquanto órgão deliberativo. Acha que com a deliberação negativa do Conselho ante o projeto, o executivo deveria ter, no mínimo, conversado com o CMC.

Neiva Voigt questionou quanto à emenda aprovada no artigo sexto do projeto de lei do Corredor, que inclui “igrejas” como atividade que tenha natureza eminentemente cultural, ao que João Verleun respondeu que também achara tal inclusão absurda. Leonardo Randolpho ressaltou que, se houvesse a presença do Conselho em todo este processo de aprovação, tal emenda teria sido repudiada e não seria incluída no projeto. Geilson dos Santos esclareceu que, sendo ele advogado, tem o conhecimento de que as igrejas já possuem, por lei, isenção fiscal, tendo sido descabida tal inclusão no artigo. Aconselhou, ainda, que o Conselho mude o foco desta discussão, uma vez que toda e qualquer legislação cultural, por lei, deve ser passada pelo estudo e aperfeiçoamento do Conselho, configurando este episódio como um grande erro de formalidade: já que o Comitê Gestor foi criado com a mesma força de lei do CMC, porém sem a sua anuência, existe a possibilidade de todo este trabalho resultar, futuramente, em uma anulação dos benefícios fiscais previstos na lei da APAC, prejudicando, assim, os investidores do local. Considera que o Conselho e o Comitê Gestor do Corredor Cultural devam se reunir para corrigir, o mais brevemente possível, o que ele chamou de “falha técnica”, antes que haja um problema maior. Esclareceu ainda que tal erro poderia ser sanado com uma emenda rápida na Lei. Leonardo Randolpho complementou que poderá haver uma outra lei que sobreponha esta. Disse que, de qualquer forma, dará prosseguimento às medidas judiciais cabíveis, ou para retirar ou para revisar a Lei.

Toni Magdalena disse concordar com a realização de mais diálogo entre as partes e ponderou que o “pai” do projeto não é o Conselho. Acha que as “arestas devem ser cortadas” e que o maior contemplado é o povo. Relatou que em 2010, por ocasião das festividades do Serra Serata, a Tribo do Gonzaga foi contratada pela Fundação de Cultura e Turismo para realizar um show em palco montado na Praça da Liberdade. E que estavam presentes, na platéia, os promotores do Ministério Público. Disse Toni Magdalena que aproveitou o ensejo para manifestar publicamente sobre a carência na cidade de espaços para que os artistas pudessem se apresentar. Tal discurso alavancou a abertura pelo Ministério Público de um inquérito civil para investigação do Plano Municipal de Cultura, que resultou no projeto de criação de um corredor cultural em Petrópolis.

Leonardo Randolpho encaminhou à plenária a eleição do nome que representará o Conselho no Comitê Gestor do Corredor Cultural, haja vista que a Lei já está em vigor. A indicação aprovada por unanimidade foi a da conselheira Gabriela Falconi, conforme registro de votação anexado à presente ata.

O presidente prosseguiu a reunião, desta vez anunciando que teve conhecimento de que não foi feito repasse, pela gestão anterior, de cerca de trezentos e cinqüenta e sete mil reais devidos ao Fundo de Cultura. Foi alegado pelo poder público que houve impossibilidade administrativa para tal. Sendo assim, tal informe é trazido ao Conselho para discussão sobre quais providências deverão ser tomadas. Encaminhou à plenária o acionamento ao Ministério Público. Gabriela Falconi encaminhou que estas informações sejam também levadas ao conhecimento do Tribunal de Contas do Estado. Foi aprovado com unanimidade o encaminhamento de ofício ao Ministério Público do Estado, bem como ao Tribunal de Contas do Estado, contendo as informações acerca dos valores que não foram devidamente repassados, solicitando providências cabíveis. O registro desta votação encontra-se anexado à presente ata.

Devido ao adiantado da hora, foi aprovado o agendamento de reunião extraordinária a ser realizada no dia vinte e um deste mês, nos mesmos horário e local, para continuidade do cumprimento da pauta, qual seja, a aprovação do edital dos pareceristas dos projetos culturais

priorizados pelo Conselho em 2013.

Como último informe, Leonardo Randolph lembrou aos presentes da importância das indicações pelos segmentos que não estão sendo representados no Conselho, principalmente o da música, segmento este mais interessado e atingido pela implantação do Corredor Cultural.

Foi feita a entrega à secretaria do CMC, pelo conselheiro Carlos José Lima, das atas conjuntas dos encontros do segmento de bandas de Petrópolis e Associação Petropolitana de Bandas, relativas aos meses de março a outubro de 2012.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, secretária “ad hoc” do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o seu presidente, Sr. Leonardo Randolph Pires.

Petrópolis, 14 de janeiro de 2013.

Maria Luísa Rocha Melo
Secretária “ad hoc”

Leonardo Randolph Pires
Presidente